

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA:

21 ANOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO

*Carmen Rosane Segatto e Souza**

*A*s mudanças ocorridas na educação brasileira, no decorrer da história, mostram que o ensino sempre esteve condicionado pelos processos econômicos, políticos e sociais de cada época. Numa via de mão dupla, a prática da educação, por sua vez, sempre tendeu a legitimar a própria sociedade que a gestou. Assim sendo, parece clara a importância das instituições educacionais na formação e na transformação da sociedade, como é o caso da Universidade Federal de Santa Maria, particularmente do seu Centro de Educação e de seu trabalho pioneiro na região em que atua.

* Professora do Departamento de Educação do Centro Universitário Franciscano.

O ensino superior brasileiro: um lento processo

O processo educativo no Brasil teve suas origens com os padres da Companhia de Jesus, os jesuítas. Esses, por 210 anos, estiveram à frente de um ensino calcado em bases rígidas, fundamentado na *ratio studiorum*.

Quando da interrupção da atividade educacional dos jesuítas no Brasil, com sua expulsão em 1759, sucederam-se treze anos sem que nada, em termos educacionais, fosse organizado para superar o anterior, apenas medidas fragmentadas, dando a ilusão de que a dimensão da obra daqueles religiosos pudesse, em algum momento, ser substituída. À expulsão dos jesuítas seguiu-se um período no qual, praticamente, não existiu escola no Brasil.

Durante os primeiros anos do Império, a educação implantada aqui trazia em seu bojo as características de uma educação européia, distanciada da realidade brasileira. Uma educação voltada à preparação para a Universidade. Como poucos brasileiros tinham condições de prosseguir os estudos superiores na Europa, a educação foi-se elitizando, destinada a um círculo aristocrático. Um período muito pobre, em se tratando do assunto, em que a despreocupação permeava desde os níveis escolares mais elementares até o ensino superior.

Os últimos anos que antecederam a República foram marcados por dois pontos fundamentais: a defesa da descentralização política administrativa e a necessidade de uma ação mais enérgica por parte do governo central em favor da instrução.

Chega-se ao ano de 1889, que assinala o fim do Império, mas não corresponde a nenhuma mudança de mentalidade. Até mais ou menos 1914, prolongou-se o mesmo movimento intelectual.

O período seguinte, conhecido como período republicano, caracteriza-se por ser uma fase de profundas transformações sociais, econômicas e políticas. Muitos fatores criaram uma atmosfera propícia à renovação social e cultural, tais como: abolição da escravatura, organização do trabalho livre, afluxo das correntes imigratórias, surto crescente da indústria, instauração de um regime republicano. Um período que, mesmo com todos esses acontecimentos, foi marcado por uma mentalidade intelectualista, acadêmica e livresca.

A Velha República caracterizou-se pelo absoluto domínio político, econômico e social do latifúndio, enquanto a massa popular era marginalizada nos seus direitos fundamentais: educação, saúde, liberdade. Muitas reformas educacionais foram propostas, tanto pela oligarquia, para permanecer

no poder, quanto pela burguesia, para conseguir o poder. O campo educacional foi visto como fator de ascensão na vida social.

Argumentam Xavier, Ribeiro e Noronha que:

(...) valorizavam-se primeiro os bacharéis de Direito, curso que, além de formar juristas, preparava eficientes administradores, ou seja, os burocratas que a nova ordem política e econômica reclamava; após, os Engenheiros, imprescindíveis para o desenvolvimento dos empreendimentos estatais ou privados relativos aos transportes, por fim, os formados em Medicina, como funcionários públicos, civis ou militares ou ainda como profissionais liberais.¹

Essas propostas tinham o sentido de adequar a educação à nova realidade nacional e de concretizar as mudanças necessárias. A Velha República registrou uma série de reformas descontínuas e desconexas entre si que, embora tentassem encaminhar a educação para novas perspectivas, foram superficiais e não atingiram a totalidade do sistema educacional. Tais reformas foram: Reforma de Benjamin Constant (1889), Reforma de Epitácio Pessoa (1901), Reforma de Rivadávea Corrêa (1911), Reforma de Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma Rocha Vaz (1925).

Romanelli diz que todas essas reformas, porém, “não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, o que estava muito longe de poder comparar-se a uma política nacional de educação(...)”²

As transformações do ensino nas primeiras décadas da República foram marcadas pela facilitação do acesso aos cursos superiores, resultado das mudanças nas condições de admissão e da multiplicação das faculdades. Continua Romanelli:

Todas essas propostas a respeito da organização do ensino superior no Brasil, no sentido de criação de universidades, as verdadeiras universidades, não reproduzindo a caricatura existente no Rio de Janeiro, desde 1920, constituíram um conjunto complexo e contraditório. A Revolução de 1930 criou condições para a diferenciação desse

¹ XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. *História da Educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994. p. 68.

² ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

conjunto. A partir de 1931, duas correntes se destacam nitidamente, a liberal e a autoritária, cada uma empreendendo medidas tendentes a implementar o seu projeto de universidade.³

As constantes reformas educacionais do período republicano foram uma tentativa de adequar o sistema de ensino a uma nova ordem econômica e política que a proclamação da República instaurou. As reformas revelaram inúmeras fragilidades e apresentaram grandes dificuldades de superar a velha ordem. Ensaaiaram-se mudanças, mas a preocupação com a educação das elites continuou presente, e isto se revelou pela organização do ensino superior voltado às profissões liberais e pela estrutura dada às universidades.

Instalado o Governo Provisório, em 1930, transcorreu-se um período de cinco anos em que o aparelho de Estado, no campo educacional, era disputado por correntes políticas contrárias: a autoritária, predominante no nível federal, e a liberal, controlando certas unidades da decadente federação e gozando de crescente influência na sociedade civil.

O nível de reivindicações de várias camadas sociais e seus elementos mais lúcidos lideraram vários movimentos que atingiram desde o operariado até a burguesia industrial. Entre eles, merece destaque o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”, documento que se tornou um marco na história educacional brasileira, não só pela sua abrangência, como também por ser o único já produzido até hoje no Brasil, pois contempla todos os níveis de ensino e coloca a educação como o maior problema nacional. Propõe a existência de uma sociedade homogênea e democrática, regida pelo princípio da igualdade de oportunidade para todos os cidadãos, sem privilégios, sem discriminações e de qualidade.⁴

Na década de 50, dois fatos distintos relacionados com a educação merecem destaque: o debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases e o novo caráter social que a educação passa a ter, que é preparar o homem urbano, em consequência de uma intensificação do êxodo rural, aumentando a população das periferias urbanas.

As décadas de 60 e 70, apesar de serem ricas em acontecimentos importantes na área política, destacam-se na área da educação devido à

³ ROMANELLI, *Op. cit.* p. 228.

⁴ FÁVERO, Maria de Lourdes de A. 1989. Avanços e recuos até o limiar da República. *Jornal do Professor de 1º grau* - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Brasília, 1989. p. 9.

assinatura do acordo MEC-USAID, que prolongou-se até 1973; no bojo desse acordo vieram as reformas universitárias e a reforma de 1º e 2º graus.

Dentro desse contexto, a reforma universitária, ocorrida após o golpe militar de 1964, pela Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, muda os rumos da educação nacional “A Lei 5.540/68 criou a departamentalização e a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado através do regime de créditos. Adotou-se o vestibular unificado e classificatório, o que eliminou com um passe de mágica o problema dos excedentes (...)”⁵

Juntamente com essas medidas, o Estado começa a se retirar gradativamente da educação, optando pela privatização do ensino.

A grande tarefa da educação nos anos 70 passa a ser a formação de mão de obra barata para uma nova sociedade – a indústria, colocada em prática com a promulgação da Lei 5.692 de 1971 cujo objetivo era a preparação para o trabalho através das chamadas terminalidades, assumindo os interesses da burguesia nacional aliada ao capital estrangeiro.

Pode-se dizer que todos os momentos de desenvolvimento da educação brasileira são determinados por momentos políticos, econômicos e sociais que ditam os parâmetros para que esta educação se adapte à época.

O ensino superior no Rio Grande do Sul

Importantes transformações têm ocorrido no ensino superior do Rio Grande do Sul, mas somente agora, nos últimos 50 anos, é que surgiram instituições de ensino superior no estado em maior número, principalmente as instituições particulares, as quais se desenvolveram independente de qualquer planejamento ou política educacional.⁶

As duas mais antigas universidades do estado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), datam das décadas de 1930 e 1940, respectivamente.

Nos anos 50, a maior concentração das instituições de ensino superior (IES) encontrava-se em Porto Alegre, com duas grandes universidades na capital – a UFRGS e a PUCRS. A UFRGS foi a terceira universidade do país e a primeira universidade do estado, a mais antiga, portanto.

Entre anos 50 e 60, acentuou-se a interiorização do ensino superior, estendendo-se para as cidades de São Leopoldo, Bagé, Rio Grande, Passo Fundo, Caxias do Sul, Ijuí, Santa Maria. Nas décadas de 60 e 70 se dão a

⁵ GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 175.

⁶ ROSSATO, Ricardo. *Universidade: reflexões críticas*. Santa Maria: edições UFSM, 1989. p. 122.

expansão e a interiorização do ensino superior no estado, através das IES isoladas, particulares, de pequeno porte.⁷

Já no período de 1960 a 1980, conhecido como período das privatizações, cresceu o número de IES maciçamente (é preciso deixar claro que as universidades eram a minoria, e que a grande expansão do ensino superior no RS deu-se através das faculdades isoladas particulares). Nesse momento deve-se levar em consideração a pressão política, comprometendo assim a qualidade do ensino. Tudo isto surge de uma necessidade emergente de uma sociedade que cresce rapidamente e, para solucionar o problema, o governo federal opta pela privatização do ensino.

Na década de 60, foram fundadas nove IES, as demais são de um período mais recente. No final da década, o estado gaúcho contava com nove universidades, correspondendo a um percentual de 60% das universidades hoje estabelecidas.

Durante a década de 70, nenhuma universidade foi criada no RS, mas em compensação inicia-se a consolidação do sistema de pós-graduação, quando se observa a instalação de cursos de especialização e mestrado em várias universidades, como por exemplo, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Nos anos de 1980, três novas universidades foram estabelecidas – Universidade de Ijuí (Unijuí), Universidade Luterana Brasileira (Ulbra) e Universidade Regional da Campanha (Urcamp) – e as demais na década de 90 – Universidade Regionais Integradas (URI), Universidade de Cruz Alta (Unicruz) e Universidade de Santa Cruz (Unisc). Somente na Região Metropolitana de Porto Alegre, tinha-se nas décadas de 60 e 80, a Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos, 1969) e a Ulbra (1988).

A expansão da rede de ensino superior na década de 1990 surgiu com uma diversificação muito grande nas áreas de conhecimento oferecidas pelos novos cursos.

O Rio Grande do Sul se caracteriza hoje pelo predomínio de IES isoladas atingindo todo território e pelo predomínio absoluto de IES particulares que totalizam 90,4% das IES do Estado. Depois de São Paulo, o RS é o estado brasileiro que possui maior número de universidades, entre públicas e privadas. Entretanto, mesmo com um sistema de ensino superior amplo, não há nenhuma IES ou universidade mantida pelo governo estadual ou municipal, ou seja, governo do estado ou do município não financiam e nem interferem no sistema universitário.

⁷ ROSSATO, Ricardo; MAGDALENA, Beatriz Corso. *Universidades Gaúchas: Impasses e Alternativas*. Santa Maria: UFSM-CE/Pallotti, 1995. p. 38.

Origem e desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria

A Universidade Federal de Santa Maria teve o seu surgimento estreitamente ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo a pioneira, como universidade, no processo de interiorização do ensino superior no Brasil, em cidade que não fosse capital de estado, já que até então existiam universidades federais apenas nas sedes administrativas estaduais. A partir daí a UFSM definiu sua vocação como universidade regional, comprometida com a realidade social da qual faz parte, propondo-se, historicamente, a manter, cultivar e renovar os conhecimentos, bem como proporcionar educação formativa e permanente à população. O princípio que norteou a fundação dessa universidade foi portanto o compromisso com o desenvolvimento econômico, cultural e social da região.

A UFSM nasceu tendo como raízes as faculdades da área da saúde, com as faculdades de Farmácia (1931) e de Medicina (1954), surgindo após, a de Tecnologia, a de Agronomia (1962), a de Belas Artes (1963) e a de Humanidades (1965). Desde então, ao longo dos anos, vem construindo e modernizando seu modelo de administração acadêmica, procurando sempre cumprir com a missão primeira: a de capacitar o homem e fixá-lo à terra, dando-lhe a possibilidade de gerar seu próprio desenvolvimento e de provocar mudanças em seu contexto social.⁸

Sua criação efetivou-se através da Lei 3834-C, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 14 de dezembro de 1960, sendo instalada em 18 de março de 1961⁹, juntamente com o ato de criação da Universidade de Goiás, ato este realizado em Goiânia, na Praça das Esmeraldas. No momento de sua criação, a UFSM contava com as seguintes faculdades: Farmácia, Medicina, Odontologia, Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico, agregando estabelecimentos particulares: a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Direito, ambas tendo a Congregação dos Irmãos Maristas como entidade mantenedora; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e a Escola Superior de Enfermagem, tendo como Mantenedora a Sociedade Caritativa e Literária de São Francisco de Assis – Zona Norte.

⁸ BARICHELLO, Eugênia Mariano da Rocha. *UFSM: 35 anos da Nova Universidade*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

⁹ No momento de sua criação, a Universidade Federal de Santa Maria não era uma instituição federal, sendo chamada de Universidade de Santa Maria.

Era a vitória da interiorização do ensino superior, dando início à descentralização do desenvolvimento científico nacional, pelo esforço e pela visão de escolas públicas e particulares em torno de um objetivo comum: proporcionar aos jovens do interior uma educação da qual eram desprovidos, juntamente com o desenvolvimento integral da região.

A UFSM, atualmente, compõe-se de oito centros de ensino: Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Educação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Tecnologia, Centro de Artes e Letras e Centro de Educação Física e Desportos. Possui em pleno desenvolvimento, cursos, programas e projetos nas mais diversificadas áreas do conhecimento humano. Desenvolve 39 cursos de graduação com suas respectivas habilitações, constituindo-se num total de 55 diferentes opções de cursos, 41 cursos de pós-graduação permanentes, sendo 22 de mestrado, 5 cursos de doutorado já instalados e 14 de especialização. Além desses, realiza cursos de especialização, de atualização e de aperfeiçoamento, em caráter eventual, atendendo às mais diversificadas solicitações da demanda regional.¹⁰

Com relação ao corpo docente dessa instituição, entre os anos de 1980-1996, houve uma preocupação constante na busca de melhor qualificação profissional, apesar das políticas governamentais com relação às aposentadorias. Houve uma perda entre os anos de 1991 e 1995 de docentes com doutorado na UFSM, mas essa perda foi recuperada no ano de 1996, passando a contar com um total de 211 doutores, contra 163 em 1995, conforme demonstrado na tabela seguinte.

Qualificação do corpo docente da UFSM (1980-96)

Titulação	1980	1985	1991	1995	1996
Graduação	446	413	345	240	191
Especialização	430	351	254	300	258
Mestrado	277	347	418	462	488
Doutorado	121	129	177	163	211
Total	1.274	1.240	1.194	1.165	1.148

Fonte: Relatórios Anuais da UFSM, 1980, 1985, 1991, 1995

¹⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Planejamento. *UFSM em Números: 1997*. Santa Maria, Abril, 1997.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - *Pró-Reitoria de Planejamento*. Coordenadoria de Planejamento Administrativo. *Evolução da Estrutura acadêmico-administrativa da UFSM: 1931-1995*. Santa Maria, 1995.

Com relação às outras titulações também houve um crescimento na busca de melhor qualificação profissional. O número de docentes somente com graduação passou de 20,6%, em 1995, para 16,64%, em 1996; os docentes com especialização passaram de 25,75%, em 1995, para 22,47%, em 1996. Observa-se pois um aumento no percentual de docentes possuidores de titulação de mestrado e doutorado neste mesmo período; os mestres que representavam 39,65% em 1995, em 1996 passaram para 42,5%, e os doutores que em 1995 eram de 14%, em 1996 eram 18,38%.

Reunindo os professores com mestrado e doutorado, tem-se um percentual de 60,88% de professores com titulação necessária para o desenvolvimento das funções de docente, em 1996.

Apesar desses índices aparentemente satisfatórios, existe evidência de um fluxo de evasão por parte de professores titulados das universidades públicas em direção ao setor privado do ensino. Entretanto, a UFSM parece não ter perdido a sua qualidade, pois caminha paulatinamente em busca da recuperação desse prejuízo de material humano, tal como argumenta Buarque: “O que mudou não foi a quantidade de qualidade, mas a qualidade da qualidade. A universidade não perdeu qualidade, perdeu velocidade. Ela não piorou, atrasou-se. A universidade deixou de ser vanguarda. É aí que está o sentido da sua perda de qualidade”¹¹.

Fazendo-se uma análise geral do período analisado, pode-se dizer que o número de professores da UFSM com titulação até especialização vem diminuindo, ao passo que o número de mestres e doutores vem crescendo, donde se conclui que, do ponto de vista da titulação acadêmica, a UFSM tem-se desenvolvido sensivelmente. Entretanto, o número total de professores vem decrescendo linearmente.

O Centro de Educação da UFSM

O Centro de Educação teve sua origem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSM, criada pela Lei nº 3958 de 13 de setembro de 1961, instalada em março de 1965. Passou a denominar-se Centro de Ciências Pedagógicas em 1970, e Centro de Educação a partir de 1978, trajetória essa descrita a seguir.

No ano de 1970, através da aprovação do 2º Estatuto da UFSM (o 1º foi no ano de 1962), as Faculdades e Institutos foram substituídos por oito unidades de ensino, sendo uma de estudos básicos e sete de formação pro-

¹¹ BUARQUE, Cristovan. *A Aventura da Universidade*. São Paulo: Editora da USP. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 112.

fissional, ficando criado o Centro de Ciências Pedagógicas (CCP) com um curso de graduação (o Curso de Pedagogia com oito habilitações), além da pós-graduação.

As demais licenciaturas que faziam parte da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ficaram assim distribuídas: Química, Ciências Biológicas (antiga História Natural), História, Filosofia, Letras, Matemática e os novos cursos, Física e Geografia, todos alocados no Centro de Estudos Básicos; Belas Artes constituiu-se no Centro de Artes e a Licenciatura de Educação Física no Centro de Educação Física.

Naquele momento, segundo Vallandro¹², o CCP destinava-se à docência, pesquisa, experimentação pedagógica e extensão universitária, com os seguintes objetivos: formação de professores para escolas de nível médio; formação de educadores especializados nos diferentes ciclos e ramos do ensino (médio, superior, de adultos, de excepcionais) e a formação de técnicos e especialistas nas áreas de administração escolar, supervisão escolar, inspeção e orientação escolar.

Em 1978, um novo Estatuto da UFSM (3º) foi aprovado reestruturando as oito unidades de ensino, ficando o CCP com a denominação de Centro de Educação (CE), já contando, então, com mais um curso de graduação (o Curso de Educação Especial, licenciatura curta que havia sido criado em 1976).

Em 1983, o 4º Estatuto foi aprovado. No ano seguinte, ocorreu uma grande reforma curricular nos cursos de graduação do CE, ficando o curso de Pedagogia com duas Habilitações: a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e Pré-Escola e a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau e Séries Iniciais do 1º grau. Quanto ao Curso de Educação Especial, este passou a ter duas habilitações: Habilitação de Formação de Professores para Deficientes Mentais e a Habilitação de Formação de Professores para Deficientes da Audiocomunicação.

Segundo Damilano (1996/97), o CE tem por finalidades: promover a formação de educadores, nas dimensões pessoal e profissional, comprometendo-se com a construção de uma sociedade democrática; assegurar a liberdade de ensino, pesquisa e extensão com vistas ao progresso das ciências da educação e unir esforços, no âmbito de suas competências, aos de outras entidades no sentido de melhor entender os problemas educacionais que se revelam na sociedade brasileira e de propor soluções.¹³

¹² VALLANDRO, Maria Cristina. *Boletim do Centro de Ciências Pedagógica - UFSM*. Santa Maria, v.01, n. 01, p. 13-21, 1970.

¹³ DAMILANO, José Luiz Padilha. *Guia acadêmico do Centro de Educação/ UFSM*. Santa Maria, 1996/97.

Ainda com base em Damilano, faziam parte do Centro de Educação, em 1996, quatro departamentos, dois cursos de graduação com suas respectivas habilitações, e 4 cursos de pós-graduação, sendo dois cursos a nível de especialização, um a nível de mestrado e um a nível de doutorado.

Trata-se de uma unidade universitária que tem por princípio e destinação social o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na área educacional, consoante com as diretrizes legais e comprometida com a superação das necessidades sociais.

A importância da existência de um CE na Universidade incide no fato de ser ele um centro com papel fundamental na construção do conhecimento em toda a instituição. Segundo Cury, a formação do professor não é responsabilidade somente dos centros de educação, mas de toda a universidade.¹⁴

Esse envolvimento de toda a instituição levaria a um entrosamento entre as pessoas que pensam a educação como um todo, não priorizando uma área ou outra, mas buscando uma educação fundamentada numa preocupação única: o ato de educar. Como consequência, teríamos uma universidade girando não em torno de um CE, mas centrada na ciência como elemento educacional.

O Curso de Educação Especial da UFSM

O papel da educação especial assume, a cada ano, importância maior dentro de uma sociedade em constante transformação e em busca incessante da democracia, a qual só será alcançada quando todos os cidadãos, indistintamente, tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Infelizmente esse ideal não se tem realizado na sociedade brasileira.

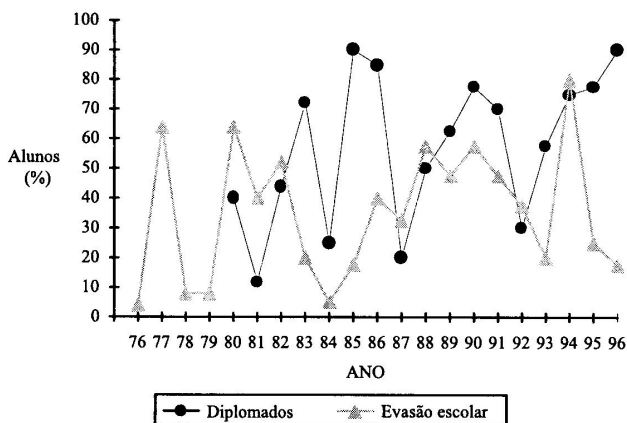
A educação especial é um tipo de educação que não se diferencia do ensino regular na sua essência, ou seja, nos seus objetivos, nas suas finalidades, ou nos seus conteúdos, mas nos recursos metodológicos que precisam ser acrescidos, para que as diferenças das crianças sejam adequadamente trabalhadas, sem no entanto, transformá-las em desiguais. Trata-se de uma forma educacional regular enriquecida e não reduzida, que deve fluir nos diversos níveis de ensino. Na educação da pessoa portadora de deficiência, a sua preparação para que venha a ser útil à comunidade é um dos objetivos prioritários, pois um dos aspectos importantes para a integração social da

¹⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cadernos 20*. Florianópolis, n.20, p. 69-81, jan/jun, 1994. p. 71.

pessoa portadora de deficiência consiste em desenvolver suas potencialidades, preparando-a para o trabalho.

Na UFSM, esse curso, desde sua criação (1976), não vem apresentando um comportamento equilibrado entre as variáveis analisadas.

No gráfico adiante, observa-se que a partir do ano de 1983, o número de alunos diplomados supera o número de alunos evadidos, com exceção dos anos de 1987, 1988, 1992 e 1994, quando ocorre o inverso. Entretanto, o número de evadidos não se distancia do número de diplomados, podendo-se dizer que, em média, o curso de Educação Especial diploma mais do que perde alunos.



Curso de Educação Especial - Diplomados X Evadidos
UFSM (1976-1996)

Observa-se ainda que as curvas de evadidos e de diplomados mantêm entre si uma relação direta de 1980 até 1994, com pequenas inversões (pouco significativas) em 1983, 1986, 1989 e 1993. A partir de 1995 a relação inversa se estabelece mais significativamente.

Com relação ao número de diplomados versus número de evadidos, ambos mantêm-se oscilando ao longo do período, ora um predominando, ora outro, havendo uma definição significativa a partir de 1995, quando o número de diplomados supera o número de evadidos com forte tendência para aumentar ainda mais essa diferença. Ou seja, no ano de 1995, registrou-se um grande número de diplomados e um baixo número de evasão, relação que aumenta ainda mais no ano seguinte.

O Curso de Pedagogia da UFSM

O Curso de Pedagogia teve seu início a partir do ano de 1955 com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), esta agregada à UFSM e mantida pela Sociedade Literária e Caritativa São Francisco de Assis, das Irmãs Franciscanas.

A FIC foi fundada em 19/12/1953 e autorizada a funcionar em *curso provisório*, mantendo entre outros, o Curso de Pedagogia, que somente mais tarde, em 12/12/1957 foi autorizado a funcionar em definitivo.

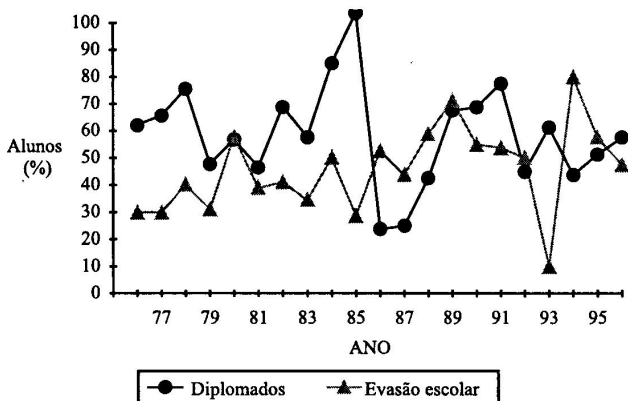
Essa faculdade foi agregada à Universidade Federal de Santa Maria, pela Lei nº 3.834, 14/12/1960, fazendo parte, juntamente com outras agregadas, na luta pela instalação da UFSM, liderada pelo Prof. José Mariano da Rocha Filho.

O Curso de Pedagogia da UFSM foi criado pela Lei nº 3.958 de 13/09/61 e sua instalação somente ocorreu em março de 1966, com a sua federalização. Até esse momento o curso era de responsabilidade da FIC.

Segundo a Ata do Conselho Universitário, a federalização dos cursos de formação de professores deveu-se à exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, em seu Art. 9º, item d, em relação à formação de recursos humanos para a educação e o conseqüente atendimento do ensino médio e superior. Por esta ata, ficou assim criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSM, em 1965.

Pelo 1º Estatuto da UFSM, em 1970, o curso de Pedagogia passou a integrar o Centro de Ciências Pedagógicas. Esse curso, nos últimos 21 anos, apresentou uma média de evasão escolar variando em torno dos 45,8% e o percentual de diplomados variando em torno de 58,7%. Como nos mostra a figura seguinte, o número de diplomados se mantém acima do número de evadidos de 1976 até 1985. De 1986 até 1995, ocorreu um período de alternância entre ambos, notando-se uma pequena tendência de recuperação do número de formandos em relação ao número de evadidos no ano de 1996.

Seguindo-se a mesma linha de raciocínio adotada para o curso de Educação Especial, na análise da relação entre as curvas de evasão e diplomados, nota-se ainda que existe uma relação diretamente proporcional entre o número de diplomados e o número de evadidos de 1976 a 1984, o que denota equilíbrio, invertendo-se alternadamente nos anos seguintes, até 1996, uma vez que tal comportamento dos cursos sugere uma indefinição na relação evadidos X diplomados, refletindo uma situação de inadaptação à nova base curricular.



Curso de Pedagogia - Diplomados X Evadidos
UFSM (1976-1996)

No ano de 1980 esses dois percentuais se encontram, demonstrando que o percentual de alunos evadidos corresponde ao mesmo percentual de alunos diplomados. A partir desse ano os percentuais se distanciam, ocorrendo um número alto de diplomados no ano de 1985 e um percentual baixo de alunos evadidos. Essa situação começa a inverter-se no ano de 1995, já se notando, no ano de 1996, um equilíbrio entre essas duas variáveis observadas.

A relação inversa das curvas, com a linha de diplomados acima da linha de evadidos, no ano de 1996, é positiva para o curso, entretanto, também não se pode considerar uma tendência pois mais parece ser uma situação de breve retomada das muitas apresentadas no período, seguida de uma inversão da situação.

Analisando as informações contidas nas figuras, observa-se que o curso de Educação Especial apresenta um comportamento de crescimento dos índices de diplomados, enquanto que no Curso de Pedagogia vem diminuindo o número de diplomados, no período analisado. Por outro lado, o curso de Pedagogia apresenta um crescimento no índice de evasão escolar, ao passo que o Curso de Educação Especial vem apresentando um decréscimo no mesmo índice, embora modesto. Pode-se concluir portanto que o Curso de Educação Especial vem tendo, ao longo do período analisado, um melhor desempenho, em termos de relação diplomados/evadidos do que o curso de Pedagogia.

Quanto à situação dos cursos de Pedagogia e Educação Especial, nos seus respectivos períodos, destaca-se a necessidade de uma reformulação profunda dos cursos, em termos ideológicos e práticos, cada um com dificuldades próprias e com características diferenciadas.

Os dados aqui demonstrados nada mais são do que uma resposta à crise por que passa a educação, fruto de uma política governamental em total descompasso com os preceitos educacionais ideais, formando indivíduos desde já desmotivados com a profissão, o que vem refletir de forma negativa na formação da personalidade da população jovem, afastando-a cada vez mais da possibilidade de escolha pelas licenciaturas, contribuindo para que as ciências humanas ocupem um lugar subalterno na escolha profissional, por parte da clientela que procura o ensino superior. A realidade requer, portanto, uma nova postura; a crise do mundo atual facilita e exige um novo papel para a Universidade. Nesse sentido é inegável a importância de serem pensadas mudanças nos dois cursos de graduação analisados, especificamente.